

Condição Humana e Organização Social e Política: A Crise e as Ideias de Regionalismo e de Europa das Regiões

Carlos E. Pacheco Amaral

Cátedra Jean Monnet

Professor Universidade dos Açores

Investigador CEIS20

Resumo

Partindo da crise que se abate sobre o modelo moderno de Estado soberano desde as duas guerras mundiais do último século, o texto procura explorar o conceito de regionalismo, perspectivando-o como utopia e como demanda de uma forma alternativa de organização social e política. Paralelamente, procede-se à exploração de dois projectos alternativos. Primeiro, o projecto de *Europa das regiões*, que enforma o ideário federalista de meados do século XX de substituição da *Europa dos Estados* por uma *Europa das Regiões* - o qual, paradoxalmente, viria impedir as Regiões de aceder ao processo de integração europeia. Segundo, o projecto de *Europa com Regiões*, que se viria a estabelecer, de forma lenta, se bem que gradual, primeiro no Conselho e na União Europeia, a partir de meados da década de oitenta do século XX.

Palavras-chave: Crise, Estado, Europa, Região, Regionalismo

Abstract

Starting from the crisis that befalls the modern sovereign state since the two world wars of the last century, the text aims to explore the concept of regionalism, viewing it as an Utopia and as a demand for an alternative form of social and political organization. In parallel, it proceeds to the exploration of two alternative projects. First, the project *Europe of the Regions*, which shapes the federalist ideas of the mid-twentieth century which points to the replacement of the *Europe of States* with a *Europe of Regions* –

which paradoxically, would prevent *the Regions* from acceding to the European Integration Process. Second, the project of Europe with Regions, *Europe with the Regions*, which unfolded in a slow, albeit gradual way, in the firstly in the Council of Europe and afterwards in the European Union, from the mid-eighties of the twentieth century.

Keywords: Crisis, State, Europe Region, Regionalism

Ainda me recordo, como seguramente também o farão todos os da minha geração, do desempenho de Sónia Braga, a inesquecível Gabriela, na telenovela brasileira realizada a partir da obra homónima de Jorge Amado: *Gabriela Cravo e Canela*. De Sónia Braga e das palavras que cantarolava na abertura de cada episódio e que reproduzo, de cor: “Eu nasci assim, eu cresci assim e sou mesmo sim, vou ser sempre assim, Gabriela, sempre Gabriela”.

É que, não obstante o interesse da obra, a novidade da programação e o encanto da personagem, a verdade é que Gabriela estava equivocada. Nós, seres humanos, longe de sermos aquilo que somos e, por isso mesmo, de “sermos assim” tal qual como somos e de permanecermos como somos, no limite para todo o sempre, definimo-nos precisamente por sermos seres que são aquilo em que se vão transformando, no tempo e no espaço.

Quando Moisés lhe pergunta como o deve apresentar ao povo de Israel, Deus responde-lhe dizendo que *é aquele que é*: eterno e imutável. Num outro extremo, os seres inanimados, as pedras, os gases e os metais, tal como, grosso modo, os seres vivos (que não o homem), as plantas e os outros animais, também “são o que são”. Tanto assim que os primeiros permanecem inalterados, no tempo e no espaço, enquanto que os segundos, apenas por força da evolução natural, conhecem algumas alterações. Os seres humanos, pelo contrário, forjam-se a si próprios, não em termos materiais, é certo, mas em termos espirituais. Ao nível físico e químico permanecemos mais ou menos como sempre fomos, à imagem do que se passa com os demais seres vivos, conhecendo apenas as mudanças decorrentes do processo de selecção natural. Assegurando a preservação da espécie, os dados que cada ser humano traz impressos no seu código genético garantem igualmente a continuidade, a regularidade e até mesmo a permanência, ano após ano, século após século, das mesmas características físicas.

A mudança que nos caracteriza opera-se em termos espirituais, paradigmaticamente ao nível das relações que mantemos uns com os outros e dos

modelos de organização social e política que adoptamos para as enquadrar. É no convívio uns com os outros que mudamos, sendo capazes de progresso e de retrocesso, de crescimento, estagnação e retrocesso, de civilização e de barbárie. Numa palavra, por força da *cultura* que produzimos tornamo-nos responsáveis por aquilo em que nos transformamos e pelo que fazemos das nossas vidas, coisa que a água ou fogo, o pinheiro ou o castanheiro, o tigre ou o falcão, o mármore ou o granito, o ferro ou o ouro nunca poderão ser, a não ser em sentido figurado. Apenas o homem é capaz de superar a dimensão material que partilha com os demais seres vivos, em termos físicos e químicos – se bem que de forma estritamente parcial –, forçando, portanto, a natureza a recuar nas exigências que nos coloca. Daí a importância do cultivo das *artes liberais*, daqueles saberes que nos disponibilizam competências através das quais nos conseguimos *libertar* de pelo menos algumas das características que nos amarram ao mundo físico da empiria, da causalidade e do determinismo, substituindo-as pela nossa vontade, pela *autonomia* e pela liberdade.

Acresce que nos podemos forjar a nós próprios por uma de duas formas: consciente e direccionada, ou inconsciente e arbitrária. E, para além disso, convirá ter presente que quando optamos pela segunda via, mais não estamos a fazer do que a negar a nossa própria humanidade e a abdicar da autonomia da nossa vontade, projectando-nos para o nível dos demais seres, tanto vivos como inanimados. Assim, agir equivalerá a renunciar à condição de agente autónomo, responsável porque livre, e a assumir, em alternativa, a condição de objecto – um objecto que, em vez de agir a partir de actos da sua vontade, é accionado a partir do exterior e que, por isso mesmo, se move no mundo apenas em obediência total e cega à forças que sobre ele são impressas. E, para além disso, a colocar-se numa condição de irracionalidade, paradigmaticamente infra-humana, que já Aristóteles havia apelidado de *idiotoi*.

Ora, apenas nos poderemos forjar de forma consciente e direccionada na medida em que nos dotarmos de uma medida, de um plano de acção, de uma ideia capaz de nortear o próprio projecto de mudança ínsito da condição humana. Numa palavra, é pela *utopia* que conseguimos escapar à condição de idiotice característica da irracionalidade (e que nos afasta da perfeição, marca da divindade), na medida em que é ela que nos permite negar o real e a ousadia plena do dever ser. A aceitação pacífica do que nos é imposto, seja pela natureza, seja pelos outros, remete-nos para o nível dos demais seres. A verdadeira humanidade emerge, outrossim, com a rebeldia, com a ousadia de

questionar a realidade, com o atrevimento de imaginar mundos alternativos e com a vontade e energia para os procurar concretizar.

Não é, portanto, o poder, independentemente do modo como o aferirmos, o dinheiro, a economia ou as finanças que fazem mover o mundo ou que desencadeiam a mudança. São importantes, sem dúvida. Permanecem, no entanto, estritamente instrumentais, sendo francamente inúteis, caso não sejam colocados a uso, isto é, caso não dispusermos de uma ideia, de uma *utopia*, capaz de nortear o projecto de autoconstrução pessoal, em sociedade, a que nos encontramos condenados, dir-se-ia, pelas exigências da nossa própria condição. O poder, convirá sublinhá-lo, mais não é do que o conjunto dos instrumentos que nos habilitam a resistir às imposições que recebemos provenientes do exterior – da natureza ou dos outros homens – e, em alternativa, a afirmar a nossa individualidade, em liberdade: inventando, criando, construindo, comprando ...

O que tem isto a ver com o tema que nos foi proposto e de que nos ocupamos, poder-se-á perguntar, e não sem alguma razão: o tema do Regionalismo e da Europa das Regiões? É o que se procurará mostrar já de seguida.

Segundo as tradições Aristotélica, republicana e comunitarista, é o social que propicia aos seres humanos a ocasião para afirmarem, em toda a plenitude, a condição que os enforma. Longe, portanto, de serem algo estranho à pessoa, e artificial, as comunidades em que nos inserimos constituem, isso sim, uma espécie de extensão do próprio ser humano e o quadro no qual, pela descoberta do outros e pela associação a eles, no convívio e na partilha, somos capazes de, no dizer de Maquiavel, escapar à *fortuna* e fazer valer a nossa *virtù*. Numa palavra, somos capazes de nos rebelar contra as circunstâncias com que nos deparamos; atrevendo-nos a querer mais e melhor, fazemos civilização.

Ao longo da História, temos organizado a nossa vida social e política precisamente à volta de ideias fundamentais – para, através delas, podermos cumprir as exigências que nos são colocadas pela nossa própria condição. E, para além disso, sempre que uma se esgota, descartamo-la, substituindo-a por outra. Acresce que são precisamente estes momentos de substituição de uma ideia mestra, de um modelo de sociedade, por outro, alternativo, que marcam a transição de um período histórico para outro.

Não é este o momento para tratar, com um mínimo de pormenor, de todo este processo. Permitir-me-ia apenas, antes de me centrar na contemporaneidade e no

Regionalismo, apresentar as seguintes considerações gerais. Foi a adopção de uma ideia específica de comunidade que permitiu o surgimento do tribalismo. De igual modo, foi a substituição dessa ideia por outra que ditou o fim do modelo tribal de organização social e política.

Subjacente à *polis* grega, forma do político de todo o Ocidente, encontramos duas grandes ideias que se cruzam e complementam. Por um lado, a ideia de organização social e política, não à volta da *oikos*, da família e da tribo, e das clivagens e desigualdades ali consagradas, mas à volta da *polis* e da igualdade fundamental de todos os *polites*, de todos os cidadãos – igualdade, precisamente de participação no exercício conjunto de auto-construção pessoal em comunidade. E, por outro lado, a ideia de *autarkeia*, o imperativo de o social disponibilizar aos cidadãos as condições adequadas, não apenas à mera sobrevivência, mas à *vida boa*. É que, contrariamente aos demais seres, ao homem não basta sobreviver, o homem aspira, antes, a viver bem, ao cumprimento do seu destino de felicidade, assumindo as rédeas dos seus destinos e, no limite, à imortalidade.

Se, hoje, não vivemos em *poleis*, tal fica-se a dever ao facto de estas ideias se terem esgotado e acabado por ser substituídas por outras modalidades de organização social e política, enformadas por outros ideários. Em concreto, as *poleis* gregas foram substituídas pelos modelos imperial, alexandrino, primeiro, e romano, logo de seguida, e medieval, os quais, por sua vez, substituíram o ideal grego de *autarkeia* pelas ideias de autonomia e de integração cosmopolita. De igual modo, foi o abandono destas ideias fundamentais e a consagração, em alternativa, da ideia de soberania que viria a ditar a transição da Idade Média para a Modernidade e a substituição do feudalismo pelo Estado-nação e pelo sistema internacional moderno.

Ora, ao longo da história uma ideia, um modelo de organização social e política, é descartado e substituído por outro quando deixa de servir, isto é, quando já não constitui quadro adequado para o cumprimento da natureza humana. Ao longo dos séculos e dos milénios, é isto mesmo que os períodos de crise evidenciam: a necessidade de substituição de um modelo por outro, alternativo.

Para além disso, é igualmente assim que se assiste à mudança na liderança política em termos do próprio sistema internacional. Aquelas comunidades que permanecem arreigadas ao passado e aos modelos do passado acabam por estiolar e por ver os seus lugares ocupados por outros, precisamente por aquelas comunidades que melhor se conseguiram adaptar aos tempos novos e às necessidades igualmente

inovadoras que apresentam. Gregos vêm-se ultrapassados por macedónios e por romanos; romanos, por bárbaros; senhores feudais, por Estados modernos; e a Europa, que ao longo dos tempos foi senhora do mundo, viu-se, no último século, e fruto das duas guerras mundiais que a dizimaram, não só destronada, mas atirada para uma condição de subordinação às duas potências que se ergueram, à sua direita e à sua esquerda: os Estados Unidos e a, então, União Soviética. E hoje continua em busca de uma fórmula que lhe permita reencontrar o seu lugar no mapa geopolítico do planeta ao lado de potências como os Estados Unidos e a Rússia, mas também da China, do Japão, da Índia, do Brasil, ...

A adopção da ideia de soberania e do modelo de Estado estiveram na raiz do sucesso que a Europa conheceu ao longo de toda a modernidade. Paralelamente, o facto de o nosso país ter sido dos primeiros, se não mesmo o primeiro, a descartar o ideário político feudal – se alguma vez o conheceu efectivamente –, e a adoptar, em alternativa, de forma mais ou menos consciente e expressa, o princípio de soberania, afirmando-se como Estado soberano quando o resto da Europa permanecia arreigada ao paradigma político medieval, não será seguramente estranho aos papéis pioneiros que viria a desempenhar no dealbar da modernidade enquanto super-potência dominante. Hoje, de facto, em plena crise financeira, é com alguma dificuldade que se consegue entender o mundo do dealbar da modernidade e os papéis então desempenhados pelo nosso país. Na verdade, não é fácil ver na rosa-dos-ventos colocada em frente ao Padrão dos Descobrimentos no Restelo o mundo português prolongar-se pelos quatro cantos do mundo até aos confins do Atlântico, do Índico e do Pacífico sul.

A modernidade define-se, precisamente, pelo modelo de ordem social a política que a enforma: um modelo assente, como se sabe, sobre o princípio de soberania estatal, capaz de reduzir o pluralismo medieval, à singularidade estatal. Para a modernidade os Estados apresentam-se de forma estritamente solipsista como as únicas entidades políticas disponíveis em todo o planeta. Detentores do monopólio do poder, os Estados emergem, na modernidade, como os únicos sujeitos políticos disponíveis em todo o planeta, relacionando-se entre si segundo um de dois modos: pelas vias diplomática e consular, em tempos de paz, e pela guerra – guerra e paz que mais não constituem do que cara e coroa de uma mesma moeda ou, no dizer doutrinal de Clausewitz, a segunda, a guerra, mais não é do que a continuação da primeira, se bem que por outros meios.

Ora, é precisamente esta ideia de soberania e, bem assim, as ideias correlativas de Estado soberano e de um planeta composto integralmente por Estados soberanos que,

desde o início da segunda metade do século XX se encontram em crise, carecendo, por isso mesmo de substituição. Uma crise expressa de forma tão eloquente quanto dramática pelas duas guerras mundiais do século XX, com os respectivos 78 milhões de vítimas, a fome e a devastação subsequentes e que, nos dias de hoje, conhece uma dimensão financeira que ameaça a viabilidade dos nossos Estados, se não mesmo do próprio projecto europeu.

A crise, note-se, não é de hoje, nem é conjuntural, incidindo sobre este ou aquele domínio específico. Ela é estrutural, traduzindo a inadequação da ideia de soberania estatal para enformar um modelo de ordem social e política adequado às condições de vida da contemporaneidade, e, correlativamente, o imperativo de identificação de outra ideia alternativa, mais capaz de corresponder às exigências actuais. Aquilo que, nos dias de hoje, se verifica ao nível monetário e financeiro não é substancialmente diferente do que, há meio século atrás, se verificou ao nível de segurança, vindo a reclamar a NATO, bem como aos níveis da agricultura, das pescas, da energia e, designadamente, da pluralidade de sectores a que o processo de integração europeia se viria a alargar.

Subjacente à crise está o facto de o Estado moderno soberano ser manifestamente desadequado face às exigências de vida contemporânea. Grande demais e poderoso demais a determinados níveis, pequeno demais e excessivamente frágil, noutros. Daí tornar-se necessário revisitar o quadro conceptual que o enforma, não para o descartar, mas para lhe introduzir as correcções apropriadas. E a grande reforma que vem sendo impressa ao modelo moderno de organização política, desde meados do século XX, prende-se, não com a substituição dos Estados, mas com o que poderíamos apelidar de um imperativo de co-habitação.

Desde o dealbar da modernidade, como costumávamos aprender nos bancos da Faculdade, os Estados soberanos definiam-se precisamente por serem os únicos sujeitos políticos disponíveis no planeta. A nível do seu ordenamento político interno, a partilha de poder prevista pela ideia federal constituía a excepção. Tratava-se, porém, de uma excepção cujos efeitos se faziam sentir apenas no seio do ordenamento político desse mesmo Estado. Já a nível externo, os Estados permaneciam solidamente senhores de todo o poder. Tanto assim que o único ordenamento internacional possível era de cariz estritamente inter-estatal.

O Congresso de Viena, constituirá o último exemplo efectivo desta realidade, que o Tratado de Paris ainda viria a procurar emular. Em 1815 a grande tarefa do Congresso de Viena não se prendeu com o forjar de instrumentos novos de ordem

política, doméstica ou internacional. Antes, derrotado o desafio imperial napoleónico, do que se tratou em Viena foi, no dizer doutrinal de Henry Kissinger, de “restaurar” o modelo moderno de Estados soberanos e o sistema internacional por eles consubstanciado: o conhecido modelo de *balance of power*, contexto em que a ordem política internacional decorria exclusivamente do *balance of power*, isto é, por um lado, do equilíbrio entre o poder de um Estado e o poder da maioria dos demais (com vista à garantia de que nenhum se possa tornar tão poderoso ao ponto de conseguir imperar sobre os restantes), e, por outro, do equilíbrio entre o poder de cada Estado e o lugar que ocupa no sistema internacional – o lugar que ocupa e, bem assim, os proveitos que dele retirava e os papéis que lá desempenhava.

A II Guerra Mundial, porém, viria a exigir algo de substancialmente inovador. Na exacta medida em que os velhos mecanismos de ordem inter-estatal haviam deixado de constituir quadro de ordem política adequado, tornara-se necessário forjar algo de novo, capaz de corresponder aos novos desafios que se faziam sentir. Um primeiro passo viria a ser dado já em São Francisco, com a criação da Organização das Nações Unidas e, pouco depois, em Washington, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Seria, no entanto, no processo de integração europeia que estas novas exigências viriam a conhecer melhor tradução, e mais paradigmática.

Ora, Regionalismo é precisamente o conceito adoptado para a expressão desta nova realidade. Apelidado por alguns de “pobre”, a par do conceito correlativo de região, o regionalismo mais não constitui do que uma exigência de reorganização política, tanto a nível externo, internacional, como a nível interno, estatal. No dealbar da modernidade também foi necessário identificar as novas comunidades políticas que se viriam a afirmar na Europa, e por todo o planeta: os Estados soberanos. Foi Maquiavel, um dos grandes arautos da modernidade, quem fixou o conceito de Estado, *stato*, muito simplesmente para dizer que o Estado se define precisamente pela sua existência, por estar entre nós, isto é, por ser a comunidade política que é. De igual modo, na contemporaneidade tornou-se necessário identificar as novas formas do político, da mais variada dimensão, que, desde meados do século XX têm vindo a proliferar, na Europa e pelo planeta, em complemento dos próprios Estados. *Região* é o conceito que vem sendo adoptado para o efeito, enquanto que *regionalismo* traduz o projecto, o movimento visando o respectivo desenvolvimento e implementação.

Será na Europa que este movimento regionalizador irá ser desencadeado e conhecerá a sua expressão mais clara, na dupla dimensão que o enforma: externa, internacional, e interna, estatal.

No primeiro destes registos, é a própria Europa que se apresenta como uma Região e o processo de integração europeia, uma instância de Regionalismo. Alimentado pela crise decorrente da incapacidade dos já velhos Estados europeus para cumprirem aquilo que se exige de uma comunidade política – corresponder às exigências da própria condição humana, disponibilizando aos seus cidadãos as condições adequadas para viverem bem, a vida boa, que merece ser vivida, em segurança –, em vez de apontar para a substituição de uma Europa de vários Estados por uma Europa constituída por um só Estado, da dimensão do continente, o processo de construção europeia assenta sobre a construção de uma instância supra-nacional nova com a qual os Estados se vêm na necessidade de aprender a partilhar o poder político que até então haviam detido em regime de monopólio.

No imediato pós-guerra, é certo, assistiu-se à proposta de criação de uma *Europa dos povos* e de uma *Europa das Regiões*, contexto em que se apontava para a pulverização, a nível interno, dos Estados em Regiões, de modo a que, num segundo momento, estas se pudessem federar para o cumprimento do velho ideal de constituição dos *Estados Unidos da Europa*. “Máquinas de guerra”, “produto e produtores sistémicos de guerra”, segundo a proposta da escola de federalismo integral, os Estados tinham que ser derrubados, de modo a possibilitar a construção, sobre os escombros, do projecto federal europeu. Neste contexto, tornava-se necessário promover o ideário regionalista, não por eventuais méritos da organização dos Estados em Regiões Autónomas, mas pelo facto de estas serem instrumentais para o enfraquecimento dos Estados e, no limite, para a sua desintegração.

Não foi este, no entanto, o quadro conceptual subjacente ao processo de integração europeia que haveria de assentar na cooperação e na partilha do poder com os Estados, em vez de no respectivo derrube e substituição.

Do mesmo modo que, no primeiro destes registos, na dimensão externa, internacional, o regionalismo não aponta para a redução de vários Estados à unidade de um só, no caso europeu, à substituição da *Europa dos Estados* pelos *Estados Unidos da Europa*, também a nível interno, estatal, o regionalismo tão pouco preconiza o desmembramento de um Estado em múltiplos mini-Estados. Pelo contrário, aquilo a que se vem assistindo na Europa desde o final da Primeira Guerra Mundial é a uma dupla

reivindicação. Por um lado, da reorganização política dos Estados a partir do reconhecimento formal das suas Regiões, e, por outro, do reconhecimento, igualmente formal, das Regiões enquanto comunidades políticas de pleno direito e, por conseguinte, enquanto parceiras dos próprios órgãos de poder político central do Estado – tanto a nível interno, como a nível externo, internacional.

As condições de vida contemporânea e as exigências que coloca (bem assim em termos de organização social e política e de regulamentação da multiplicidade de relações que estabelecemos, dentro e fora de fronteiras, aos mais variados níveis, desde a economia e o ambiente, até à segurança, ao emprego e às finanças) não são compatíveis com a simplicidade unitarista do modelo político da modernidade, centrado na ideia de Estado-nação soberano. Exigem mais do que aquilo que os já velhos Estados modernos têm condições para disponibilizar.

Na exacta medida em que os Estados se demonstram incapazes para disponibilizar quadros de ordem adequados – como a actual crise nos demonstra de forma tão eloquente quanto dolorosa –, torna-se necessário substituir o unitarismo estatal moderno por uma poliarquia nova, contexto em que governo, isto é, o exercício do poder por parte dos aparelhos de Estado, cede lugar à *governance*, à governação, quer dizer, à partilha de poder por entre uma vasta pluralidade de agentes políticos novos, paradigmaticamente, as Regiões. Ao mesmo tempo, a inviabilidade da ideia de soberania estatal abre caminho, não para uma eventual ideia de soberania supra-estatal, de cariz imperial e de dimensão continental, ou até mesmo planetária, mas para as ideias de autonomia e de subsidiariedade, isto é, para a partilha de poder por entre uma vasta e diversificada panóplia de novos agentes políticos da contemporaneidade, incluindo os Estados, é certo, mas abrindo-se subsidiariamente, para aquém destes, desde logo às Regiões e ao Poder Local, e para além deles, à União Europeia (bem como às demais Uniões em emergência no planeta, nas Américas, do Norte e do Sul, em África e na Ásia) e à Organização das Nações Unidas enquanto organismo de governação da globalidade.

Na medida em que deixa de servir, a ideia de soberania é substituída pelas ideias de autonomia e de subsidiariedade e, correlativamente, a *Europa dos Estados* cede o lugar à Europa das Regiões, isto é, a uma Europa em que, em vez de monopolizado pelos Estados, o poder político é partilhado por uma panóplia de organismos novos a que, por falta de um nome melhor, vêm sendo apelidados de Regiões. Umas, como as Regiões Autónomas que proliferam pelos nossos Estados, a União Europeia e a ONU,

com os seus múltiplos organismos especializados, já existem – se bem que continuem a necessitar de afinação no que respeita, quer ao seu raio de acção, quer às respectivas competências, metodologias de organização e de funcionamento, e modo de interrelacionamento. Outras, porém, ao nível da regulamentação financeira planetária, por exemplo, carecem de ser inventadas e postas a funcionar.

É este o *admirável mundo novo* em que vivemos. Um mundo em construção e, por isso mesmo, sujeito a crises, por vezes de grande violência. Crises de mudança e de crescimento, ditadas pelo impacto da confluência de um quadro de ordem, em franca desintegração, com o quadro alternativo que se vai construindo, apenas depois de o anterior se ter esgotado e, muitas vezes, sem a rapidez desejável – como se esperássemos pelo momento em que nos vemos obrigados a abandonar a casa em que vivemos, por estar já a ruir, para começar a pensar para onde iremos viver e como iremos construir a nova moradia. Numa tal conjuntura, é a incerteza que se impõe, dado que, em vez de se acomodar ao passado, o futuro dependerá, isso sim, da nossa criatividade, da nossa capacidade de leitura dos tempos e das exigências que se colocam, designadamente em termos de modelos de ordem. Parafraseando Charles Dickens, em *A Tale of Two Cities*, momentos como este são simultaneamente *the best of times* e *the worst of times*. Os melhores, porque plenos de oportunidades para quem os souber e conseguir ler e aproveitar; os piores, pela instabilidade e destruição que necessariamente acarretam.